



Ano após ano, o Direito Eleitoral vem acentuando sua autonomia acadêmica no Direito brasileiro e colocando-se no centro dos grandes debates nacionais. O *Tratado de Direito Eleitoral* representa a mais ambiciosa coleção de doutrinas em Direito Eleitoral no Brasil. A coletânea, que conta com a contribuição de mais de duzentos autores, compilou os principais estudos acerca dos mais atuais debates deste ramo do Direito, sistematizando-os em oito grandes temas: *Direito Constitucional Eleitoral, Direito Partidário, Elegibilidade e Inelegibilidades, Propaganda Eleitoral, Financiamento e Prestação de Contas, Direito Processual Eleitoral, Abuso de Poder e Perda de Mandato e Direito Penal e Processo Penal Eleitoral*. Assim, o *Tratado de Direito Eleitoral* vem para se tornar a principal fonte de pesquisa acadêmica e profissional em Direito Eleitoral existente até hoje.

LUIZ FUX
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA
WALBER DE MOURA AGRA
Coordenadores

Luiz Eduardo Peccinin
Organizador

Comissão Científica

Roberta Maia Gresta
Frederico Franco Alvim
João Andrade Neto

Comissão Executiva

Maitê Chaves Marrez
Paulo Henrique Golambiuk
Waldir Franco Félix Júnior

VOLUME 5
**FINANCIAMENTO
E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

COLEÇÃO
**TRATADO DE
DIREITO ELEITORAL**

Área específica
Direito Eleitoral

Áreas afins
Direito Constitucional, Direito Político e
Parlamentar, Ciência Política

Público-alvo/consumidores
Acadêmicos, advogados, servidores da Justiça
Eleitoral, juízes e promotores eleitorais

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10001394

F491 Financiamento e prestação de contas / Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.); Luiz Eduardo Peccinin (Org.). – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

361 p.
Tratado de Direito Eleitoral
V. 5

ISBN da Coleção: 978-85-450-0495-0
ISBN do Volume: 978-85-450-0500-1

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Constitucional. 3. Direito partidário. 4. Ciência Política. I. Fux, Luiz. II. Pereira, Luiz Fernando Casagrande. III. Agra, Walber de Moura. IV. Peccinin, Luiz Eduardo. V. Título.

CDD 341.28
CDU 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura (Coord.); PECCININ, Luiz Eduardo (Org.). *Financiamento e prestação de contas*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 361 p. (Tratado de Direito Eleitoral, v. 5.) ISBN 978-85-450-0500-1.

LUIZ FUX

Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Professor catedrático de processo civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Filosofia. Presidente da Comissão de Juristas do Novo Código de Processo Civil.

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA

Advogado. Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professor de processo civil da Pós-Graduação do Instituto Romeu Bacellar e de outras instituições. Foi membro consultor da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil do Conselho Federal da OAB. É autor, ainda, de inúmeros artigos, cursos e palestras na área do Direito Processual Civil e do Direito Empresarial. Compõe o Conselho Científico de diversas revistas jurídicas. Atualmente é Conselheiro titular do Conselho Seccional na OAB-PR. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

WALBER DE MOURA AGRA

Advogado e Procurador do Estado de Pernambuco. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco/Università degli Studio di Firenze. Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Montesquieu Bordeaux IV. Professor Visitante da Universidade Montesquieu Bordeaux IV (2008). Visiting Research Scholar of Cardozo Law School. Diretor e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Professor visitante da Universidade de Bari - Itália. Professor do Centro Didático Euro Americano (CEDEUAM) da Università Del Salento. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

LUIZ EDUARDO PECCININ (Organizador)

Advogado. Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Especialista em Direito Eleitoral pela Universidade Positivo. Vice-Presidente do IPRADE – Instituto Paranaense de Direito Eleitoral. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Coordenador Executivo do curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo e do Curso de Pós-Graduação *In Company* em Direito Eleitoral UP e TRE/PR. Membro da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraná.

Sumário:

PARTE I

OS MODELOS DE FINANCIAMENTO ELEITORAL NO BRASIL

CAPÍTULO 1

FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHAS ELEITORAIS: INFLUÊNCIA DO PODER ECONÔMICO, O FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA (FEPC), INSTITUÍDO PELA LEI Nº 13.487, DE 2017, LIMITES MÁXIMOS DE GASTOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS E OUTROS TEMAS CORRELATOS

PEDRO ROBERTO DECOMAIN.....	15
1.1 Vedação constitucional da influência do poder econômico nas eleições	15
1.2 O significado da palavra “influência” no §9º do art. 14 da Constituição: o uso e o abuso do poder econômico nas eleições... ..	17
1.3 Financiamento privado de campanhas eleitorais	20
1.4 O financiamento público de campanhas eleitorais, como potencial solução para o problema de afronta ao texto constitucional, antes anunciado	26
1.5 O uso de recursos do Fundo Partidário para custeio de despesas de campanhas eleitorais	27
1.6 O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEPC), instituído pela Lei nº 13.487/2017.....	29
1.7 Os limites máximos de gastos em campanhas eleitorais	33
1.8 Breve elenco de conclusões	35
Referências.....	36

CAPÍTULO 2

FINANCIAMENTO ELEITORAL EXCLUSIVAMENTE PÚBLICO? PONDERAÇÕES ENTRE O FINANCIAMENTO PÚBLICO E O FINANCIAMENTO PRIVADO

MICHEL BERTONI SOARES.....	39
2.1 Introdução	39
2.2 Partidos políticos e crise de representatividade.....	40
2.3 Regulação do financiamento eleitoral e incentivo à transparência	42
2.4 Igualdade de oportunidades nas competições eleitorais	43
2.5 Entre o financiamento privado e o financiamento público	46
2.6 Considerações finais.....	52
Referências.....	53

CAPÍTULO 3

O FIM DAS DOAÇÕES EMPRESARIAIS: O IMPACTO DO JULGAMENTO DA ADI 4.650 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS NO BRASIL

DENISE GOULART SCHLICKMANN	57
3.1 Introdução	57
3.2 A origem dos recursos financiadores de campanhas eleitorais antes do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650 pelo Supremo Tribunal Federal.....	57
3.3 O impacto imediato do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650 sobre o financiamento das campanhas eleitorais.....	60
3.4 O futuro do financiamento das campanhas eleitorais após o fim das doações empresariais: os mecanismos compensatórios.....	71
3.5 Considerações finais.....	75
Referências.....	75

CAPÍTULO IV

FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E PARTICIPAÇÃO: O FINANCIAMENTO COLETIVO NA INTERNET

JÚLIA ROCHA DE BARCELOS	77
4.1 Introdução	77
4.2 Financiamento coletivo na internet e participação cidadã	77
4.3 A busca por alternativas de financiamento	80
4.4 A alternativa do financiamento coletivo de campanha	84
4.5 O financiamento coletivo na reforma eleitoral de 2017	86
4.6 Considerações finais.....	89
Referências.....	90

PARTE II

FINANCIAMENTO COMO PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

CAPÍTULO 1

AS VÁRIAS FORMAS DE ABUSO DE PODER COMO ACINTE AO FINANCIAMENTO ELEITORAL

WALBER DE MOURA AGRA.....	95
1.1 Introdução	95
1.2 A Reforma Política de 2017 e as modalidades do financiamento de campanhas eleitorais	96
1.3 As distorções do financiamento eleitoral.....	99
1.4 Abuso de poder	100
1.5 As formas de abuso de poder no Direito Eleitoral	103
1.6 Conclusão	108
Referências.....	109

CAPÍTULO 2

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E FINANCIAMENTO ELEITORAL: ROBERT POST E O CASO *CITIZENS UNITED V. FEDERAL ELECTION COMMISSION*

VERA KARAM DE CHUEIRI, EDUARDO XAVIER.....	111
2.1 Introdução	111
2.2 <i>Citizens United v. FEC</i> (2010)	112
2.3 Representação republicana e deliberação democrática	114
2.3.1 O surgimento da representação republicana.....	114
2.3.2 Ameaças à integridade representativa	115
2.3.3 A crescente valorização da opinião pública	116
2.4 Legitimação democrática e <i>Citizens United</i>	118
2.4.1 Liberdade de expressão e financiamento de campanha: argumentos problemáticos.....	119
2.4.2 Liberdade de expressão e corporações comerciais.....	121
2.4.3 A legitimação democrática como objetivo da conciliação entre direitos comunicativos e integridade eleitoral.....	122
2.5 Considerações finais.....	123
Referências.....	125

CAPÍTULO 3

A REPRESENTATIVIDADE E O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS: A INTERNET COMO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

TASSIANA BEZERRA DOS SANTOS.....	127
3.1 Introdução	127
3.2 A atualização do tema: as decisões do Supremo Tribunal Federal e as modificações introduzidas pela Reforma Política de 2017.....	129
3.3 O alto custo das campanhas eleitorais e o processo de corrupção no financiamento eleitoral: um extrato histórico.....	131
3.4 Há uma tendência inexorável para o incremento dos custos? A participação política como resposta	135
3.4.1 Representatividade e participação política.....	135
3.4.2 Novas formas de financiamento eleitoral e participação política	136
Referências.....	137

CAPÍTULO 4

PODER SOCIAL E PODER POLÍTICO: COMO OCUPAÇÃO, GÊNERO, PATRIMÔNIO E DINHEIRO SE COMBINAM NAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS FEDERAIS

ADRIANO CODATO, MARCIO CARLOMAGNO.....	139
4.1 Introdução	139
4.2 Materiais e métodos	140

4.2.1	O cálculo sociológico da disposição política	141
4.2.2	O cálculo contextualizado das receitas de campanha	143
4.3	Resultados.....	144
4.3.1	Diferenças de médias das receitas de campanha.....	144
4.3.2	Divisão dos candidatos em quintis.....	147
4.4	Acumulando desigualdades na poliarquia brasileira	149
4.5	Discussão e conclusões	151
	Referências.....	152

PARTE III

TRANSPARÊNCIA DEMOCRÁTICA E A ATUAL PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

CAPÍTULO 1

TRANSPARÊNCIA E O DEVER DE PRESTAR CONTAS

VIVIANE MACEDO GARCIA.....	159	
1.1	Introdução	159
1.2	Prestação de contas de campanha.....	162
1.3	Prestação de contas partidária.....	168
1.4	Conclusões.....	171
	Referências.....	172

CAPÍTULO 2

O ATUAL MODELO DE FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS E DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ELEITORAIS NO BRASIL

ELMANA VIANA LUCENA ESMERALDO.....	175	
2.1	Introdução	175
2.2	O atual modelo de financiamento das campanhas eleitorais.....	176
2.3	Principais regras relativas à movimentação de recursos na campanha	177
2.3.1	Arrecadação de recursos para a campanha.....	177
2.3.2	Gastos eleitorais.....	180
2.4	O atual modelo de prestação de contas eleitorais.....	183
2.5	Reforma Eleitoral de 2017	191
2.6	Conclusão	193
	Referências.....	194

CAPÍTULO 3

O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E O PODER NORMATIVO DA JUSTIÇA ELEITORAL: ENTRE A EFETIVIDADE E A SEGURANÇA JURÍDICA NA ESTABILIZAÇÃO INSTITUCIONAL E DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

LUIZ EUGENIO SCARPINO JUNIOR	197	
3.1	Introdução	197
3.2	A que se presta uma prestação de contas	198
3.2.1	Procedimentos.....	198
3.2.2	Condicionantes quanto a arrecadação, doações e despesas.....	201
3.2.3	Recentes reformas: retrocessos e avanços	205
3.3	O Judiciário que legifera: As Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral	205
3.3.1	Fundamentos normativos	206
3.3.2	As balizas democráticas: da executoriedade procedimental ao ativismo.....	208
3.4	A garantia de um processo democrático, segurança e efetividade da jurisdição	209
3.4.1	A estabilidade democrática: coerência e integridade do comportamento	210
3.4.2	Alguns apontamentos nas Resoluções sobre a prestação de contas	212
3.5	Considerações finais.....	216
	Referências.....	216

PARTE IV

O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS: GARANTIAS E EFETIVIDADE

CAPÍTULO 1

PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CANDIDATOS E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA ANTERIORIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS CONDENAÇÕES REALIZADAS PELAS CORTES ELEITORAIS

ROGER FISCHER.....	221
--------------------	-----

1.1	Considerações introdutórias.....	221
1.2	O poder normativo da justiça eleitoral. (In)Observância dos princípios da legalidade, do devido processo legal e da anterioridade.....	225
1.3	Prestação de contas e sanções. Casuística.....	229
1.4	Conclusão	237
	Referências.....	239

CAPÍTULO 2

GARANTIAS PROCESSUAIS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

DYOGO CROSARA.....	241	
2.1	Considerações iniciais.....	241
2.2	A natureza jurídica da prestação de contas eleitorais.....	241
2.3	A possibilidade de análise material de provas na prestação de contas.....	244
2.4	Da possibilidade de juntada de novos documentos em prestações de contas.....	248
2.5	Conclusão	252
	Referências.....	253

CAPÍTULO 3

AS LIMITAÇÕES DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E O DEVER DE FISCALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL

CARLA KARPSTEIN.....	255	
3.1	Introdução	255
3.2	O dever de prestar contas no Brasil.....	258
3.3	O dever de prestar contas no direito comparado: lições dos Estados Unidos e do Chile	263
3.4	O processo de prestação de contas: tecnologia a serviço da transparência das contas	266
3.5	Considerações finais.....	271
	Referências.....	272

CAPÍTULO 4

A PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAL COMO CONDIÇÃO DE “REGISTRABILIDADE”: A QUITAÇÃO ELEITORAL

ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO, CAROLINE BIANCA GRAEFF	275	
4.1	Introdução	275
4.2	Prestação de contas de campanha eleitoral	276
4.3	Inclusão como requisito para a Certidão de Quitação Eleitoral.....	279
4.4	A consagração em lei e a retomada da polêmica	284
4.5	Considerações finais.....	292
	Referências.....	294

CAPÍTULO 5

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA E SEUS REFLEXOS PARA A OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL

TARCÍSIO AUGUSTO SOUSA DE BARROS.....	299	
5.1	Introdução	299
5.2	Certidão de quitação eleitoral e cidadania (o direito de ser votado e de exercer outros atos da vida civil).....	301
5.3	Quitação eleitoral e prestação de contas de campanha	305
5.3.1	Arrecadação e gasto de recursos em campanhas eleitorais.....	307
5.3.2	A prestação de contas eleitorais	308
5.4	Demais desdobramentos processuais da arrecadação e gasto de recursos de campanha.....	311
5.4.1	Representação (do Art. 30-A da Lei nº 9.504/1977) por Arrecadação e/ou Gasto Ilícito de Recursos de Campanha	311
5.4.2	Ação de Investigação Judicial Eleitoral e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	313
5.5	Conclusões: Aprovação da prestação de contas de campanha como meio de obtenção da certidão de quitação eleitoral.....	315
	Referências.....	317

CAPÍTULO 6

A PRESTAÇÃO DE CONTAS COMO INIBIÇÃO AO “CAIXA 2” DE CAMPANHA: A MEDIDA CAUTELAR DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.463/2015

LUIZ FELIPE DA SILVA ANDRADE.....	319	
6.1	Introdução	319
6.2	Democracia, financiamento de campanhas e caixa 2	320
6.3	A prestação de contas	326

6.4	Das medidas cautelares da Resolução TSE nº 23.463/2015.....	327
6.4.1	Das medidas de produção de provas	329
6.4.2	Das medidas preventivas ou inibitórias.....	330
6.5	Considerações finais.....	330
	Referências.....	331

CAPÍTULO 7

RESPONSABILIDADE CRIMINAL DO AGENTE POLÍTICO: PROPOSTA PARA UM “NOVO” E EFETIVO CONTROLE FINANCEIRO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS

ALESSANDRO JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA	333	
7.1	Introdução	333
7.2	Da Justiça Criminal Eleitoral.....	335
7.3	O famigerado caixa 2 de campanha.....	336
7.4	A responsabilidade subjetiva do candidato pelas informações constantes na prestação de contas de campanha.....	339
7.5	Considerações finais.....	343
	Referências.....	344

CAPÍTULO 8

TEMAS IMOBILIÁRIOS NA PERSPECTIVA DA PRÁTICA ELEITORAL

AMANDA LOBÃO TORRES	345	
8.1	Introdução	345
8.2	O procedimento de execução fiscal de multas eleitorais e como tornar mais eficiente a cobrança destas	346
8.3	Como não falhar na prestação de contas anual de partido político no tocante aos aluguéis de bens imóveis e a contradição entre a justiça cível e a eleitoral no que tange à documentação da locação	350
8.4	A omissão de imóveis na declaração de bens apresentada no registro de candidatura e a proteção da fé pública no âmbito eleitoral	352
8.5	Como se prevenir da multa ao doador por doação em excesso no caso de cessão de bem imóvel a campanha eleitoral.....	354
8.6	Conclusão	355
	Referências.....	357

SOBRE OS AUTORES.....	359
-----------------------	-----